Os modelos contraditórios da leitura entre formação e consumo. Da alfabetização à cultura de massa[1]

Anne-Marie Chartier

Tradução: Maria Helena Camara Bastos[2]

Resumo

A partir dos anos 1970, o desinteresse pela leitura, em concorrência com os novos meios de comunicação, inquieta os professores e responsáveis políticos. Um século antes, ao contrário, lamentavam que o povo lia demais e qualquer coisa (isto é, más leituras). O artigo retraça as etapas dessas mudanças, a partir de alguns estudos de casos historicamente situados. A cada etapa, a experiência de leitura, que serve de referência-modelo, muda em função dos novos contextos sociais (leitura intensiva do romance, leitura rápida do jornal, consulta de informações, etc.)

Palavras-chaves: leitura, biblioteca, literatura, meios de comunicação de massa, formação, iletrismo.

Resume

A partir des années 1970, la désaffection pour la lecture, concurrencée par les nouveaux moyens de communication, inquiète les enseignants et les responsables politiques. Un siècle plus tôt, au contraire, ils déploraient que le peuple lise trop et n'importe quoi (c'est-à-dire, fasse trop de mauvaises lectures). L'article retrace les étapes de ce basculement, à partir de quelques études de cas historiquement situées. À chaque étape, l'expérience de lecture qui sert de référence-modèle change, en fonction des nouveaux contextes sociaux (lecture intensive du roman, lecture rapide du journal, consultation d'informations, etc.)

Mots-clefs: lecture, bibliothèque, littérature, mass-media, formation, illetrisme

[1] Título original em francês: "Les modèles contradictoires de la lecture entre formation e consumation, de l'alphabétisation populaire à la culture de masse". Comunicação apresentada no LIII Congrès de l'Association Internationale des Études Françaises, em 5 de julho de 2001. Publicado no Cahiers de l'Association Internationale des Études Françaises. Paris, n.54, pp.363-380, mai. 2002.

[2] Revisão de Maria de Lourdes Cauduro.

Em 1984, um relatório ao primeiro ministro Pierre Mauroy, *Des illettrés en France*[3], revela ao grande público a persistência de um grave quase-analfabetismo na população adulta. Essa constatação desencadeou uma incredibilidade seguida de um alerta, amplamente transmitidos pela mídia[4], redobram as inquietudes mais difusas e mais antigas quanto ao desinteresse temeroso em relação ao livro. Os debates sobre o baixo nível escolar, sobre as dificuldades que ressentem os estudantes, os secundaristas e até mesmo os universitários para se servirem do escrito, a pouca freqüência às bibliotecas, as dificuldades da edição, a estagnação das vendas em livrarias, parecem indícios de uma grave crise da leitura e, de maneira mais ampla, da cultura escrita.

Ao mesmo tempo, um certo número de indicadores contradizem entretanto esse pessimismo. O iletrismo não será um fenômeno antigo, que ficou muito tempo oculto, atingindo prioritariamente populações adultas?[5] A pesquisa sobre as práticas culturais dos franceses[6], divulgada em 1982, não mostra uma freqüência aos livros (compras, leitura) sempre crescente no meio popular? Isso originou uma pesquisa[7] sobre o século para determinar se os Cassandre, prevendo o fracasso em relação a outras mídias, cavalo de Tróia da incultura, só repetem os *topoi* clássicos, ou se, ao contrário, é preciso considerar as mudanças inéditas (e talvez "extraordinárias") em curso. Em conseqüência disso, a necessidade de pesquisar em longa duração, partindo da instauração da III[a] República, no momento em que as grandes leis escolares excluem a cultura católica do ensino público e cristalizam as oposições ideológicas sobre as referências a serem transmitidas às novas gerações. A pesquisa, baseada nos discursos prescritivos, enunciadores das normas do ler bem, procuram os esclarecer pela "leitura em questão", nas autobiografias, nos manuais escolares, nas imagens, que anunciam os efeitos esperados ou sentidos. Através dessas representações, experiências singulares podiam ser recebidas como evidências partilhadas.

---

[3] Véronique Espérandieu, Antoine Lion et Jean-Pierre Bénichou. *Des illettrés en France, Rapport au Premier ministre*. Paris: La Documentation Française, 1984.

[4] Bernard Lahire. *L'Invention de l'illettrisme*. Paris: La Découverte, 1999.

[5] Em 1988, a pesquisa da Infométrie mostra que um iletrado sobre dois tem mais de sessenta e cinco (65) anos e três sobre quatro mais de cinquenta (50) anos.

[6] Ministères de la Culture, Service des Études et de la Recherche. *Pratiques culturelles des Français, description socio-démographique. Évolution 1974-1981*. Paris: Dalloz, 1982.

[7] Proveniente da Direção do Livro e da Leitura do Ministério da Cultura, essa pesquisa confiada ao Service des Études et de la recherche de la Bibliothèque Publique d'information (Centre Georges Pompidou) foi objeto de uma licitação em 1984. A redação de uma síntese tirada de diferentes relatórios de pesquisa foi confiada à Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard, *Discours sur la Lecture, 1880-1980*. Paris: BPI – Centre Georges Pompidou, 1989. Uma Segunda edição completa apareceu posteriormente (*Discours sur la lectiure, 1880-2000*. Paris: Fayard-BPI, 2000). No Brasil, a primeira edição foi traduzida e publicada: CHARTIER, A-M; HÉBRARD, J. *Discursos sobre a leitura: 1880-1980*. Trad. O. Biato e S. Bath. São Paulo: Ática, 1995.

A leitura: uma experiência vital

Lembranças de leituras, retratos de leitores, trajetórias livrescas de crianças ou adultos[8], ao longo do século abundam os testemunhos que falam do poder do livro sobre aquele que lê, ausente do círculo dos vivos, absorvido[9] repentinamente pelo texto. Lembremos do relato de Jean-Paul Sartre em *Les Mots*, diante de sua mãe que estava lendo para ele:

> Minha mãe se ausentou: nenhum sorriso, nenhum sinal de conivência, eu estava no exílio. E, aliás, eu não reconhecia sua linguagem. Onde ela buscava essa segurança? Em um instante, compreendi: era o livro que falava[10].

Se a infância é o tempo das leituras em voz alta, a adolescência é a de divisões mais secretas, cenas de leitura solitária, às escondidas, que inauguram as transgressões emancipatórias. Cada um se procura, procurando "seu" livro. Assim, em *L'Enfant* de Jules Vallès: "Matoussaint e seu amigo, o jornalista, me emprestaram volumes que levei na quinta-feira. No domingo seguinte, eu não era mais o mesmo. Tinha entrado na história da Revolução"[11]. O acontecimento que marca mais a puberdade de Oscar Wilde é o suicídio de Lucien de Rubempré (os heróis do romance de Balzac *"Les illusions perdues"*); Simone de Beauvoir, moça ainda submissa da pensão Désir, faz "graças a Jacques, a fulminante revelação da leitura contemporânea"[12]. Os relatos de vida revelam a importância das experiências precoces, o papel decisivo representado pelos mediadores, a força de atração das leituras proibidas, a irreversibilidade das iniciações. Os testemunhos singulares convergem então suficientemente para que ninguém coloque em dúvida seu valor universal, mesmo se quase todos provêm de escritores que se tornaram célebres se debruçando sobre seu passado.

---

[8] Jean-Claude Pompougnac, "Récits d'apprentissage", *Discours sur la lecture, 1880-2000, op. cit.*, p. 495-526; Daniel Gestin, *Scènes de lecture. Le jeune lecteur en France dans la première moitié au XIXe siècle.* Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1998.

[9] Para Michel Fried, a representação dessa "primazia de absorção" é um lugar comum fundador da pintura moderna: *Absorption Nd Theatricafity. Painting Nd Beholder in the Age of Diderot.* Chicago: University of Chicago Press, 1988. (trad fr. *La Place du spectateur. Esthétique et origine de la peinture moderne.* Paris: Gallimard, 1990); sobre as imagens da leitura, Martin Poulain, "Scènes de lecture dans la peinture, la photographie, l'affiche, de 1881 à 1989", [1] *Discours sur la lecture, 1880-2000, op. cit.*,528-560.

[10] Jean-Paul Sartre. *Les Mots.* Paris: Gallimard, 1964. p.34.

[11] Jules Vallès. *L'Enfant.*(1879), [in] *Oeuvres*, t.II. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pleiade, p.362.

[12] Simone de Beauvoir. *Tout compte fait.* Paris: Gallimard, 1972; réed. Folio, 1984, p.13.

"Eles lêem muito, eles lêem qualquer coisa"

Que se trate de familiarização progressiva ou de "fulminante revelação", o que se passa através da leitura é tão importante e compromete a tal ponto o futuro das pessoas, que os encarregados das leituras dos outros poderiam ser bem mais atentos. De fato, é na metade do século XIX, no momento em que uma metódica alfabetização de massa começa a produzir seus efeitos, que os discursos sobre a leitura se instalam no espaço público. Duas instituições, a Igreja e a Escola, estão em concorrência para enquadrar as leituras do público inculto, para definir os usos e as finalidades dos textos que o povo, as mulheres e as crianças deveriam utilizar. No momento em que a revolução industrial da edição e da imprensa coloca ao alcance de todos livros e jornais em profusão, ambas denunciam com o mesmo vigor os perigos da leitura que se propaga de maneira incontrolável. A queixa existente no fim do século XIX é, portanto, exatamente oposta à contemporânea; não "eles não lêem mais", mas "eles lêem bastante", "eles têm paixão pela leitura", "eles lêem qualquer coisa".

Assim no *Bulletin pratique du clergé* de 1913, encontramos o seguinte, escrito pelo bispo de Versailles, Monsenhor Gibier:

> Lê-se muito na nossa época. No campo quase todo mundo lê. Na cidade também todo mundo lê; os ônibus públicos estão cheios de leitores; os leitores caminham com o jornal ou a revista nas mãos. Às vezes, o trabalho não interrompe a leitura, um aprendiz lê para todos ou todas. E dá pena de ver o frescor dessa voz servir de veículo à impiedade e à impureza. Pois, quase sempre a leitura é má.

Após duas guerras mundiais, encontramos no escrito laico de Jean Guéhenno a mesma queixa, mesmo se é a tolice que ele estigmatiza, mais que a impiedade, consultando os registros de empréstimos feitos em um ônibus biblioteca:

> Não direi que o exame desses quadros foi sempre reconfortante. Os títulos de menos valor eram, às vezes, os mais solicitados. A tolice corria, se posso dizer, até o final dessas linhas. (...) A grande massa dos homens certamente jamais leu tanto. Mas existe ler e ler. A imprensa sentimental ou esportiva, as revistas fazem uma concorrência com o livro menos igual a que lhe fazem o cinema, ao rádio ou a televisão. Reconheçamos que há também livros e livros. Ler (...) pode ser um simples passatempo. (...) A leitura pública somente pode cumprir sua missão se for

> esclarecida e guiada (Cahiers des Bibliothèques de France,*2,1954,p.25)*

Como se especificam os discursos da Igreja e da Escola, por detrás dessa queixa consensual de "demasiadas" leituras, quase sempre impróprias? Quando e como o discurso, que se preocupa com as devastações potenciais ou já constatadas, inverte-se, o discurso contemporâneo deplorando que os franceses não lêem mais, que eles não sabem ou não desejam mais ler?

O modelo católico da leitura religiosa

Para a Igreja Católica, ler não é um valor em si, pois o que importa é a mensagem do texto. O modelo de boa leitura é aquele que é forjado em torno da leitura dos textos sagrados, leitura de meditação espiritual que procura pacientemente tirar da palavra divina algo que esclareça sua inteligência, fortifique sua vontade, alargue seu coração. Finalmente, todo o livro é pensado segundo o modelo do livro de oração ou do livro de missa, e toda leitura como leitura para a vida interior. Como numerosos textos são obscuros, ambíguos, contraditórios, a Igreja desconfia espontaneamente do leitor que divaga ou interpreta mal; isso conduziu outrora alguns imprudentes à fogueira. Generalizando-se, a alfabetização precipita os ingênuos nas armadilhas retóricas. Estando de acordo com Rousseau que "imagina apenas que tipos de bondade pode ter um o livro que não conduza seus leitores ao bem" e com Emmanuel Kant para quem "a leitura de romances tem como conseqüência, entre numerosos distúrbios do espírito, tornar a distração habitual", a Igreja Católica não vê que benefício esperar de leituras profanas que não fortificam a virtude e a lei. Longe do magistério competente do clero, o leitor novato se perde em leituras errôneas, ímpias ou fúteis, como Bouvard e Pécuchet, arriscando ora perder sua alma, ora perder seu tempo.

Na época em que a leitura era reservada à pequena elite do clero, a Igreja podia pregar naturalmente um modelo de leitura dirigida, lenta, atenta, sempre voltando aos mesmos textos inesgotáveis. O que fazer quando o mercado está inundado de livros baratos, que procuram atrair de maneira descarada os compradores? O que fazer, senão condenar vigorosamente os maus leitores e as más leituras? O index marca as reprovações da produção editorial, esses livros que todo cristão deve se

abster de ler e de possuir. François Mauriac[13] evoca isso nas suas recordações de infância:

> meu irmão se lembra de ter visto, sua professora queimar os livros de seu tio avô, no forno em chamas para esse holocausto, livros que se torciam como as penados.

Inversamente, os fiéis devem apoiar as obras dos "bons livros" e da "boa imprensa", mas a Igreja obriga-se a admitir que entre as leituras que proscrevem e as leituras que prescrevem, existe uma massa proliferante de textos "neutros" dos quais se pode tirar uma "recreação passageira honesta". Com o tempo, a explosão de títulos tornou impraticável uma vigilância generalizada dos conteúdos e irrealista o enquadramento permanente dos fiéis, se bem que os discursos que denunciam as más leituras diminuam progressivamente depois da Liberação. Desde o entre-guerras, é através de outros meios (atividade editorial, movimentos de ação católica) que a Igreja tenta manter sua presença no mercado editorial: denuncia a lógica do lucro comercial, mas lhe oferece a liberdade de editar (se encontrar compradores)

Leituras escolares e formação cultural

Para a escola republicana, ler é o gesto de emancipação por excelência, pelo qual um indivíduo pode ampliar o horizonte de seus saberes, de suas experiências e de seus pensamentos. Referindo-se ao século das Luzes, lembra que o livro permitiu o nascimento de uma opinião pública, suscitou o debate de idéias e forjou os espíritos críticos em relação aos poderes abusivos e das crenças impostas. Se colocarmos face à face as bibliotecas ideais, católica e republicana, recomendadas pelos censores no início do século XX, ninguém duvida que a biblioteca da escola laica abre amplamente o corpus, pois acrescenta aos autores cristãos do Grande Século, Corneille, Bossuet e Fénelon, mestres em língua francesa, as obras que ridicularizam os defeitos da sociedade (Molière, Montesquieu, Voltaire) e os escritores românticos, descrevendo os elãs do coração ou as emoções dos sentidos (Chateaubriand, Lamartine, Victor Hugo). Em um célebre artigo intitulado " Século XVII ou XIX?", publicado na Revue Bleue, em janeiro de 1905, em plena polêmica sobre os programas de literatura[14], Gustave Lanson escreve:

[13] François Mauriac. *Mémoires intérieurs*. Paris: Flammarion, 1965. p. 59.

[14] Lanson e Brunot militam na Liga dos amigos do francês e da cultura moderna, favorável a um ensino da literatura francesa sem latim; defendem a reforma de 1902 e polemizam contra aqueles que a acusam de ter

> É um absurdo empregar somente uma literatura monárquica e cristã à educação de uma democracia que não admite uma religião de Estado.

Esta abertura não se faz sem combate nem polêmica, pois é preciso inventar um ensino de literatura por ele mesmo, sem recorrer ao latim. Como a escola defende a liberdade de expressão e fustiga a tirania dos censores, isso é suficiente para que em suas intenções e suas escolhas de autores, sinta-se "liberal", defendendo valores opostos aos da Igreja e da tradição. Porém, na sua prática como nos seus discursos, a Escola impõe também o que é preciso ler e condenar.

As obras que se tornaram clássicas, obras primas consagradas e imortais, oferecem uma literatura nacional requintada que a escola deve fazer que seja amada e admirada por todos. As boas maneiras de leitura são progressivamente elaboradas e implantadas através de exercícios canônicos: leitura expressiva no primário (onde os textos escolhidos de grandes escritores substituem pouco a pouco a prosa pedagógica), leitura explicada e leitura dirigida no secundário. Esse modelo de leitura tem sua teoria, a história literária, seu teórico, Gustave Lanson, e finalidades claras:

> Para a explicação, o professor do liceu ou da universidade propõe ensinar a leitura a seus alunos. O professor primário ensina a ler o alfabeto, o professor secundário ensina ler a literatura[15].

O liceu vê, portanto, a leitura em relação as leituras difíceis, exigindo a mediação de um especialista em explicação, para ajudar os novatos a transpor uma porta estreita: os textos do Grande Século que são a coluna da cultura escolar francesa se mantêm muito longe do universo de experiência e da língua dos alunos por serem à primeira vista "legíveis" sem ajuda. Do mesmo modo, a leitura em voz alta, essa leitura expressiva que Legouvé fez a teoria para uso do ensino das jovens e das normalistas, é uma explicação

---

baixado dramaticamente o nível no liceu e nas escolas de engenheiros; Paul Crouzet, membro da Liga pela Cultura Clássica, responde que o ensino do francês pelo francês não existe, ou melhor, ainda não acrescenta: "Quem não é levado a comparar freqüentemente em si mesmo as duas tentativas paralelas que nesse momento são conduzidas a Universidade francesa: o ensino da moral sem fundamento confessional, e o ensino do francês sem fundamento clássico? Elas são tão audaciosas, aliás, tão fatais tanto uma como a outra", *Revue Universitaire*, 1911, 2, p. 397 (citado [in] Martine, Jey. *La Littérature au lycée, L'invention d'une discipline, 1880-1925*, Université de Metz, 1998, p.258).

[15] Gustave Lanson. "Quelques mots sur l'explication de texte". *Études françaises*. Paris, Les Belles-Lettres, 1° janvier 1925, p.39.

em ato que faz sentir todas as sutilezas do texto sem vã glória[16]. Dessa forma, a leitura magistral na escola primária faz os alunos ouvirem, um modelo de língua francesa por vezes ainda dialetal; a entoação do mestre basta para fazer compreender La Fontaine ou Victor Hugo, isto é, fazer sentir que é preciso rir das desgraças do corvo e chorar das desgraças de Cosette.

Quanto aos escritos que circulam no espaço social, jornais, escritos utilitários, livros religiosos ou romances populares, a Escola não deve se ocupar deles. As leituras orientadas (políticas ou religiosas) infringem a neutralidade escolar. As leituras úteis ou fáceis não têm lugar no projeto educativo pois são levadas por um interesse social ou afetivo que lhes basta. Como a Igreja, a Escola prega as leituras dirigidas, as leituras lentas, as releituras indefinidas dos grandes textos em que os mestres comentam textos escolhidos. A Igreja condena as más leituras em nome da moral cristã, a Escola as condena em nome das Humanidades, por sua mediocridade moral e estilística: estigmatiza sem piedade a pseudo-literatura de emoção ou de evasão. Encontram-se assim rejeitadas nas trevas exteriores, desacreditadas no seu conteúdo e sua forma, todas as leituras que foram esquecidas assim que foram consumidas, que podem sem dúvida distrair e fazer "passar o tempo", mas que não farão parte das "verdadeiras leituras". Vemos pois o que tal posição conserva do modelo religioso que combate. Os discursos escolares definem a verdadeira leitura pelos prazeres que promete àqueles que saberão ser dignos dela, quando tiverem suficientemente educado seu julgamento e seu gosto, fazendo esforçando-se e confiando na instituição.

A leitura, uma experiência banal

O que faz a força econômica e comercial da edição, contudo, não são os livros prescritos pela escola, mas esses milhões de impressos que alimentam as prensas e mantém a profissão: repertórios, catálogos, dicionários, divulgação médica, científica, histórica, guias de viagem, publicações técnicas e profissionais. Sua onipresença manifesta que a sociedade francesa do "tempo dos editores"[17] pertence ao mundo do escrito,

[16] "Em que consiste o talento do leitor? À restituir as belezas das obras que interpreta; para restitui-las, é realmente preciso compreendê-las. Eis o que vais surpreendê-los: é seu trabalho que deve ser devolvido que lhe faz jamais conhecerá; a leitura em voz alta nos dá uma possibilidade de análise que a leitura muda não conhece jamais", declara Ernest Legouvé, *L'Art de la lecture*, Hetzel, 1977, p. 88 (relatando uma conversa com Sainte-Beuve).

[17] Roger Chartier et Henri-Jean Martin. *Histoire de l'édition française*. T. III, *Les temps des éditeurs* [1985]. Paris: Fayard-Promodis, 1990.

mas sua banalidade funcional e sua insignificância cultural fazem com que ninguém pense neles quando falamos de leitura e de livros. Ninguém, excetuando-se os bibliotecários, que devem se perguntar: É preciso pedi-los? É preciso encomendá-los novamente? É preciso mantê-los quando uma nova obra mais atualizada aparece? Os bibliotecários não procuram por em causa o modelo indicativo das leituras, no entanto, tornando progressivamente mais claras as finalidades e as exigências de seu trabalho, trazem um outro ponto de vista sobre a leitura pública e polir os argumentos próprios para transformar a representação da leitura e do leitor.

> A biblioteca municipal deve visar e atender um tríplice objetivo: distrair, instruir, informar [... *por exemplo, sobre]* um horário de trem, uma viagem de negócios ou de fazer, um caso de reforma, a escolha de uma creche, as condições de um exame, uma dificuldade jurídica, uma formalidade administrativa, um pedido industrial ou comercial, etc.[18]

Nessas linhas escritas em 1915, Ernest Coyecque define as funções sociais da biblioteca municipal fora dos modelos de bibliotecas então existentes. A biblioteca municipal não é uma biblioteca científica de conservação, destinada à conservação patrimonial e reservada a uma elite de pesquisadores e de eruditos; não é a biblioteca filantrôpica ou militante destinada a promover gratuitamente os bons livros, escolhidos por um leitor popular, a fim de lutar contra as produções basicamente mercadológicas. Não toma também como modelo a biblioteca particular do homem de sociedade, que contêm somente os clássicos que não saem da moda e pode trazer da pobreza uma virtude. Sendo pública, a biblioteca tem o dever de fornecer ao cidadão todos os suportes de escrita de que ele necessita, sem orientar a priori seus leitores, somente preocupada em responder as demandas e mesmo de antecipá-las na oferta que propõe em prateleiras.

O funcionamento imaginado pelos pioneiros do princípio do século, e em particular por Eugène Morel[19], vem dos Estados Unidos: uma biblioteca com estantes de livre acesso, atenta às demandas dos clientes, fazendo "propaganda" das novidades, renovando regularmente seus estoques, descartando os livros desatualizados ou jamais consultados, em resumo, construída conforme o modelo de sucesso de um grande magazine. O bibliotecário não deve julgar as motivações de leitura de seus clientes, nem condenar os gostos, criticar as escolhas de seus clientes, censurar as

[18] E. Coyecque. "Les bibliothèques municipales de Paris, Aujourd'hui. Demain". *Bulletin de l'ABF*, 1915, p.9-48.

[19] Eugène Morel. *La Librairie Publique*. Paris: Armand Colin, 1910; ver Jean-Pierre Seguin. *Eugène Morel et la lecture publique*. Paris: BPI-Centre Georges Pompidou, 1994.

curiosidades, pois o leitor é um cidadão emancipado, ou melhor (mas não é aqui a mesma coisa?) um consumidor livre. Esses militantes da leitura pública estão cientes de que existe uma demanda urgente de leitura insatisfeita em um país escolarizado como a França, que as pessoas "precisam" ler, por necessidade, por comodidade ou por gosto, mas que só lêem os que podem comprar. O obstáculo econômico cria uma desigualdade cultural que deve ser combatida pela democracia.

A biblioteca e a leitura de consumo: informar e distrair

O ofício que se inventa no início do século define-se pela suas recusas: o bibliotecário não é nem conservador, nem militante, nem mesmo professor. Enquanto que o conservador está, antes de mais nada, a serviço dos livros, o bibliotecário está a serviço dos leitores. Tendo em vista que esses desejam se informar e se distrair, devemos oferecer- lhes o útil e o agradável, apostar na quantidade e na novidade, confiando nas dinâmicas criadas: de livro em livro, cada usuário evoluirá nas suas escolhas tornar-se-á mais advertido, portanto, mais exigente. Essa posição permanece estável mesmo se a instituição evolui com o passar do tempo. Enquanto que, no início do século, os pioneiros da Association des Bibliothécaires Français (ABF) referem-se à public library anglo-saxônica, a França rural exige adaptar-se ao modelo urbano americano, com a rede departamental das bibliotecas centrais de empréstimo (BCP), de onde surgem os ônibus bibliotecas percorrendo o interior. Essa malha territorial ainda está completa e já surge o papel da documentação além dos livros: nos anos 1960, a nova face da biblioteca, é a mediateca de informação (com seus suportes multimídias, livros, mas também "documentação" impressa e já audiovisual). O bibliotecário especialista em livros se duplica em documentarista especializado em informação.

As leituras de consulta ou de trabalho têm pouca coisa a ver com a leitura do acontecimento cultural e da formação pessoal que continua sendo o credo dos professores de letras. Entretanto, o esforço dos gestores políticos é tão lento, a oferta de leitura pública tão restrita (apesar das realizações pontuais admiradas e celebradas), que pode se manter quase intacta, com o passar dos anos, a crença em uma demanda forte de um "grande público" potencial, que ficaria insatisfeito se faltasse oferta. A década de 1960 é a das desilusões: a medida em que as novas bibliotecas (em particular nos subúrbios urbanos) abrem suas portas, podemos cada vez menos manter uma tal ficção. Além de um certo círculo, a oferta de leitura não é suficiente para criar a demanda; mais, descobrimos que os que

considerávamos, em princípio gênios (os novos estudantes, cujo número é elevadissimo) não buscam a leitura docilmente como seus antecessores. As mutações dos leitores existentes e potenciais mudam a distribuição no momento em que a definição "literária" da leitura de formação recua diante da definição promovida pelos bibliotecários, a de leituras de consumo.

A leitura em perigo no tempo da cultura de massa

Em alguns anos, a Escola deve responder a uma situação inédita que torna inoperante o antigo modelo da leitura de formação. Ela sofre a concorrência das novas mídias audiovisuais, principalmente da televisão, que levam as crianças a uma prática precoce da imagem. Janela aberta sobre o mundo real, com reportagens e documentários, a televisão é também uma janela aberta para os mundos imaginários. A narração de ficção aprende-se, a partir de agora, bem mais pelos filmes do que pelos romances. Seu poder sugestivo produz experiências emocionais coletivas que fazem empalidecer a aura das obras primas literárias do passado. Não é preciso de nada mais para que alguns proclamem a morte próxima da civilização do escrito, com a passagem da galáxia Gütenberg para a galáxia Marconi[20].

Ao mesmo tempo, a Escola encontra-se confrontada com os desafios de um ensino secundário de massa, visando, ao mesmo tempo, elevar o nível geral de qualificação (pretensões econômicas) e igualar as chances de promoção social e de divisão cultural (pretensões sócio-políticas). Os programas previstos para um ensino seletivo precoce suportam mal essa massificação: os novos alunos secundários têm dificuldade em fazer leituras explicadas, a trabalhar sozinhos com seus manuais, a entusiasmar-se com Corneille e Racine. "Eles não sabem ler!", escandalizam-se seus professores. A escola primária, transformada em ante-sala do colégio para todos, deve rever suas finalidades e sua pedagogia, para fazer adquirir, bem mais cedo, hábitos de leitura silenciosa, autônoma, permitindo aos alunos trabalhar a sós com as fichas ou os documentos escolares mimeografados ou fotocopiados que chegam as suas mãos. São necessários alguns anos para bem implantar as reformas e enquanto se esperava, o fluxo dos repetentes aumentou, principalmente nos cursos preparatórios. Os professores interrogam-se: será por que não sabemos ensinar as crianças a lerem? Será por causa da dislexia, "doença do século"?[21] Será devido à televisão?

[20] Marshall Mc Luhan. *The Gutenberg Galaxy*. University Toronto Press, 1962, trad. Editions H.M.H. Ltée, 1967.
[21] R. Mucchielli et A. Bourcier. *La Dyslexie, maladie du siècle*. Paris: ESF, 1963.

Enfim, a prioridade é dada à formação científica e não mais literária para selecionar as elites. Por isso, os professores de letras, que definiram os objetivos do ensino secundário em torno de um projeto de cultura humanista geral, encontram-se cada vez mais em uma situação ambígua. Enquanto que os alunos de meios populares têm dificuldade em encontrarem no corpus e nas formas de leitura literária, que as análises sociológicas sobre o fracasso colocarem diretamente em causa seus ensinos[22], seus melhores alunos sonham tornarem-se técnicos superiores ou engenheiros. Nos novos IUT e nas escolas de engenheiros, os futuros quadros das empresas são formados para uma leitura rápida, para descobrir as informações úteis de um dossiê ou fazer rapidamente uma breve nota de síntese. Ler, não é mais se impregnar com um texto para desfrutá-lo, mas para saber resumi-lo. Os lingüistas, que se impuseram com força na cena universitária, estigmatizam a confusão mantida durante décadas entre língua francesa e literatura, pelo fato que os professores de francês são professores de letras, como assinala o lingüista André Martinet, professor na Sorbonne, em 1970:

> Os franceses deveriam se habituar a compreender que a língua não é exclusivamente um instrumento literário. Infelizmente, são muito tentados em considerá-la como tal, pelo fato precisamente do que se ensina a eles na escola. [...] Necessitamos da língua a todo momento para comunicar- nos com nossos semelhantes. Na verdade, a literatura não deveria representar mais que um por cento de nossas preocupações lingüísticas[23].

A leitura escolar e o consumismo cultural

É nessa conjuntura que nasce o discurso contemporâneo sobre a leitura. As temáticas antigas (eles lêem demais, eles lêem qualquer coisa) se deslocam para a televisão (eles assistem demais, eles olham qualquer coisa) e uma queixa unânime reúne os profissionais do escrito, diante de uma modernização das mídias que minam sua ligação comum à cultura escrita. Bibliotecários, jornalistas, professores, que antes se sentiam pertencer a mundos diferentes, mais concorrentes do que complementares, sentem que é preciso fazer uma frente comum para lutar contra a invasão do audiovisual. Essa reunião só pode ser feita sobre o modelo de leitura forjado pelos bibliotecários, aos quais se juntaram documentaristas e jornalistas. Ler,

[22] O livro que leva questionar o lado "sócio-cultural" da escola é o de Bourdieu e Passeron, *Les Héritiers*. Editions Minuit, 1964.
[23] André Martinet. *L'Éducation*, 16 avril 1970, p.16.

antes de toda consideração, suportes e conteúdos, deve ser julgado como um gesto incondicionalmente positivo. Portanto, é necessário fazer tudo para "salvar a leitura". Na escola, no colégio, no liceu, devemos poder ler a imprensa[24], os documentários, as revistas, as novidades literárias da juventude, os romances de grande público, os best-sellers traduzidos do inglês, e não mais somente os manuais escolares e o corpus restrito dos clássicos. Consequentemente, as leituras literárias não podem mais constituir o único patrimônio comum partilhado e reconhecido de uma geração a outra. Longe de impor suas próprias normas, a escola deve levar em conta os gostos do seu público jovem, aceitar seu ecletismo e procurar como alimentar e estimular seu apetite propondo- lhe o útil e o agradável, o funcional e o ficcional, as leituras de informação e de distração.

Essa mutação quanto aos fins e objetos da leitura é marcada por uma mudança nos discursos: a partir dos anos 1970, o verbo ler se torna intransitivo. Dizem que se faz necessário ler, saber ler, gostar de ler, querer ler, fazer ler, sem especificar o que. Dizer que gostamos de ler, é enunciar não os títulos (Sans famille, Dix petits nègres) mas gêneros (os romances de aventura, os policiais), e o gosto de ler se julga pelo consumo que produz. A lista dos textos habilitados a serem lidos tornou-se um direito indefinido, ao mesmo tempo que a variedade dos tipos de textos, um imperativo pedagógico. Esse modelo se instala na escola, com a criação das primeiras BCD – Bibliotecas Centro de Documentação – em 1978, e no segundo grau com a criação de um CAPES[25] de documentação, em 1989, para professores que não lecionam e que não são encarregados da "biblioteca", mas do CDI – Centro de Documentação e Informação. A freqüência, a quantidade de livros emprestados e os títulos favoritos tornam-se indicadores habituais para controlar como se porta a leitura na escola, bem como as pesquisas incessantes a controlam na sociedade.

Contudo, desde que esse modelo se instala na escola, ele é logo escolarizado, isto é, apreendido em dispositivos técnicos que se tornam também instrumentos de aprendizagem. Aprender a ler de maneira funcional, rápida, aprender a consultar um documento, aprender a ler obras integrais e não mais textos escolhidos, isso exige aprendizagens longas, precoces, perseverantes, que não se substituem mas juntam-se às leituras tradicionais. Ali se encontra o paradoxo: o modelo moderno da leitura de consumo triunfou, porém o modelo tradicional da leitura de formação subsiste. Ler para se informar e se distrair, isso se aprende, isso requer exercícios, progressão, dispositivos de avaliação, em síntese, um processo

[24] Em abril de 1976, uma circular do ministro René Haby autoriza os jornais na escola, qualquer que seja sua orientação política, à condição de serem justificadas por uma atividade de ensino.
[25] Nota do tradutor: CAPES/Certificado de Aptidão como Professor do Ensino Secundário

de formação. Os dois modelos já não são percebidos como contraditórios. A nova norma escolar impõe a leitura para se informar e se formar, para instruir-se e distrair-se, bastante e bem, rápido e lentamente.

É na escola que se inventa esse modelo contemporâneo do ler, mas a didatização dos procedimentos de leitura excede muito o sistema escolar. Os atores da leitura pública imaginam os eventos em suas mediatecas para públicos visados, com exposições, filmes, pensando especialmente nas crianças, em uma comunidade étnica, em um corpo de trabalhadores. Eles saem também da mediateca para penetrar em outras instituições, como asilo de velhos, hospital, prisão. O ponto limite é atingido quando se trata da leitura para públicos iletrados, cuja inaptidão é vista como um sinal de uma patologia cultural maior de nossa sociedade, no momento em que as mutações do emprego (novos cargos, informatização) não restringem mais o escrito aos quadros da empresa. Os bibliotecários sempre consideraram sua missão como complementar a da escola: aquele que sabe ler provará facilmente o valor do uso do escrito, se um leitor ou mediador colocar gratuitamente à sua disposição textos que correspondam às suas demandas. Mas, como fazer com aquele que não lê, não porque não deseja ou não gosta de ler, porque não pode ler?

Conclusão: os consensos da queixa diante das mutações futuras

Compreendemos assim como pode nascer um discurso consensual sobre a crise da leitura. Vemos uma queixa contínua quantitativa (os franceses não lêem muito) e qualitativa (eles não lêem o que deveriam ler), esse discurso mescla problemáticas antigas e novas. Vinculado a uma concepção moderna da leitura útil e agradável, ele perpetua certos traços antigos de sua ancoragem literária ("não gostar de ler" é implicitamente equivalente a "não gostar de ler romances"). Ele conduz a uma apropriação incondicional de tudo o que se faz para "fazer ler", mas suas ambições indefinidas (fazem com que cada um se torne um "verdadeiro" leitor, isto é, que possa ler de tudo) levam a perpetuar o sentimento de fracasso, pois sempre há textos fora do alcance dos melhores leitores. Aos próprios antagonismos das instituições, tendo cada uma sua finalidade específica (escola, bibliotecas, imprensa), substituiu-se um discurso totalizante, sincrético, atento ao intermediário mais que a mensagem e tratando o meio como um fim, considerando que ler é, independentemente dos conteúdos, um valor universal.

Nos anos 1980-2000, os discursos que acompanham as mutações em curso têm todos como trama essa certeza: a leitura é o meio universal sem o

qual a vida social, cultural, intelectual, cívica está em perigo. A descoberta de um iletrismo adulto resistente representa um primeiro choque. Outras constatações resulta, das pesquisas sociológicas: apesar de uma escolaridade que se prolonga, a leitura de livros não cresce mais junto aos jovens. As pesquisas psicológicas sobre os êxitos e fracassos da aprendizagem, sobre a utilização generalizada do escrito nos locais de trabalho, pontuam tantas mudanças que tocam alternativamente um e outro. Enfim, a chegada de novas tecnologias de informação desestabilizam os gestos da leitura e da escrita. Todas as relações com a cultura escrita, secularmente instaladas no espaço social, são potencialmente colocadas em causa, como é mostrado pelos debates a propósito da Internet, opondo "o êxtase e o temor"[26] pontos de vista eufóricos ou catastróficos. As novas apostas deslocam-se da leitura para a escrita, ou mais exatamente para as interações leitura-escrita. O tempo dos discursos sobre a leitura formadora, implantada com a escola obrigatória de Jules Ferry, construída em torno do modelo da leitura literária (e não da leitura instrutiva), sem dúvida está se fechando diante de nossos olhos, enquanto que a cultura escrita emigra em escala planetária para novos espaços de produção e de recepção, ainda indefinidos.

Anne-Marie Chartier é Pesquisadora e Maître de Conference no Departement d'histoire de l'éducation do Service d'histoire de l'éducation/INRP
Endereço: 29, rue d'Ulm 75005 Paris/França.
E-mail: chartier@inrp.fr

Maria Helena Camara Bastos é Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação/PUCRS e Pesquisadora do CNPQ.

[26] É o título de um número especial do *Monde diplomatique*, "Internet, l'extase et l'effroi", publicado em janeiro de 1994.